

CAMINHOS DA ESCOLA E DA DOCÊNCIA QUILOMBOLA EM PINHÕES

Shirley Aparecida de Miranda¹

*Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Departamento de
Administração Escolar, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.*

Débora Rodrigues de Azevedo²

*Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, Belo Horizonte,
Minas Gerais, Brasil*

Andréia Martins da Cunha³

*Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, Belo Horizonte,
Minas Gerais, Brasil*

RESUMO

Este artigo discute a agência da comunidade quilombola de Pinhões na conquista de uma escola no quilombo a partir de uma pesquisa de mestrado concluída em 2020, em que foram entrevistadas mulheres da comunidade cujas práticas sociais constituem a territorialidade quilombola naquele lugar. Nos relatos que rememoram momentos da vida pessoal das entrevistadas emergiram as narrativas sobre uma prática social inusitada: a docência no quilombo. Seguindo a trilha aberta pelas memórias dessas mulheres, reconstituímos os caminhos que levaram à conquista da escola, evidenciando as estratégias para o acesso ao direito e os fluxos que demarcam a entrada e a saída das professoras do quilombo na prática docente. O artigo está organizado em quatro partes contendo a introdução, as trilhas que compõem a escola do quilombo, as professoras do quilombo cujas memórias nos permitiram acessar uma genealogia da escola do quilombo e como se transfigurou na escola no quilombo. Por fim, trazemos considerações a respeito da educação na agência coletiva quilombola.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais e Pós-Doutoramento em Ciências Sociais no Centro de Estudos Sociais CES/ Universidade de Coimbra. Professora Associada da Faculdade de Educação/ UFMG. Integrante do Programa Ações Afirmativas na UFMG. Pro-Reitora Adjunta de Assuntos Estudantis (PRAE/UFMG). e-mail smiranda@ufmg.br. | ORCID: orcid.org/0000-0001-8312-2262

² Doutoranda em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, Faculdade de Educação, UFMG. Assessora na Secretaria de Educação do Município de Santa Luzia. E-mail: deborarodrigues@yahoo.com.br | Orcid: orcid.org/0009-0001-3473-629X

³ Doutora em Educação, Conhecimento e Inclusão Social pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - FAE/UFMG. Prefeitura de Belo Horizonte - PBH, Belo Horizonte - MG Brasil. E-mail: martinsdacunhaandrea@gmail.com | ORCID: orcid.org/0009-0009-5761-5835

Palavras-Chave: Direito a educação; quilombo; docência quilombola; memória.

PATHS OF THE SCHOOL AND QUILOMBOLA TEACHING IN PINHÕES

ABSTRACT

This article discusses the agency of the quilombola community of Pinhões in the achievement of establishing a school in the quilombo, based on a master's research completed in 2020, in which women from the community were interviewed whose social practices constitute the quilombola territoriality in that place. In the narratives that recall moments from the personal lives of the interviewees, stories about an unusual social practice emerged: teaching in the quilombo. Following the trail opened by these women's memories, we reconstruct the paths that led to the establishment of the school, highlighting the strategies for accessing rights and the flows that mark the entry and exit of teachers in the quilombo's teaching practice. The article is organized into four parts, containing the introduction, the trails that make up the quilombo's school, the quilombo's teachers whose memories allowed us to access a genealogy of the quilombo's school and how it transformed into the school in the quilombo. Finally, we present considerations regarding education in the collective quilombola agency.

Keywords: Right to education; quilombo; quilombola teaching; memory.

CAMINOS HACIA LA ESCUELA Y LA ENSEÑANZA QUILOMBOLA EN PINHÕES

RESUMEN

Este artículo discute la agencia de la comunidad quilombola de Pinhões en la conquista de una escuela en el quilombo a partir de una investigación de maestría concluida en 2020, en la que se entrevistaron mujeres de la comunidad cuyas prácticas sociales constituyen la territorialidad quilombola en ese lugar. En los relatos que rememoran momentos de la vida personal de las entrevistadas, surgieron narrativas sobre una práctica social inusual: la docencia en el quilombo. Siguiendo el rastro abierto por las memorias de estas mujeres, reconstruimos los caminos que llevaron a la conquista de la escuela, evidenciando las estrategias para el acceso al derecho y los flujos que marcan la entrada y salida de las profesoras del quilombo en la práctica docente. El artículo está organizado en cuatro partes que contienen la introducción, las rutas que componen la escuela del quilombo, las profesoras del quilombo cuyas memorias nos permitieron acceder a una genealogía de la escuela del quilombo y cómo se transfiguró en la escuela en el quilombo. Finalmente, presentamos consideraciones sobre la educación en la agencia colectiva quilombola.

Palabras-clave: Derecho a la educación; quilombo; docencia quilombola; memoria.

LES CHEMINS DE L'ÉCOLE ET DE L'ENSEIGNEMENT QUILOMBOLA DE PINHÕES

RÉSUMÉ

Cet article discute de l'agence de la communauté quilombola de Pinhões dans la conquête d'une école dans le quilombo à partir d'une recherche de master conclue en 2020, dans laquelle des femmes de la communauté ont été interviewées et dont les pratiques sociales constituent la territorialité quilombola à cet endroit. Dans les récits qui remémorent des moments de la vie personnelle des interviewées, ont émergé des récits sur une pratique sociale inhabituelle : l'enseignement dans le quilombo. En suivant la piste ouverte par les souvenirs de ces femmes, nous reconstituons les chemins qui ont conduit à la conquête de l'école, mettant en évidence les stratégies pour l'accès aux droits et les flux qui marquent l'entrée et la sortie des enseignantes du quilombo dans la pratique enseignante. L'article est organisé en quatre parties, comprenant l'introduction, les sentiers qui composent l'école du quilombo, les enseignantes du quilombo dont les souvenirs nous ont permis d'accéder à une généalogie de l'école du quilombo et comment elle s'est transfigurée dans l'école du quilombo. Enfin, nous présentons des considérations sur l'éducation dans l'agence collective quilombola.

Mots-clés : Droit à l'éducation ; quilombo ; enseignement quilombola ; mémoire.

INTRODUÇÃO

Este artigo discute a agência da comunidade quilombola de Pinhões na conquista de uma escola no quilombo a partir de uma pesquisa de mestrado concluída em 2020. Consideramos as produções historiográficas que problematizam a permanente negação da relação dos negros com o espaço escolar e evidenciam o acesso à escola como elemento acionado pelo grupo social negro para sua afirmação no espaço social (Cunha Jr., 1999; Fonseca, 2002, 2009; Fonseca e Barros, 2016). Nessa direção, situamos a ação ativa da comunidade de Pinhões para acessar e difundir o direito à educação. Na ocasião da pesquisa foram entrevistadas mulheres da comunidade cujas práticas sociais constituem a territorialidade quilombola naquele lugar. Nos relatos que rememoram momentos da vida pessoal das entrevistadas

emergiram as narrativas sobre o acesso à educação e sobre uma prática social inusitada: a docência no quilombo. Usualmente, as práticas sociais nos quilombos retomam relações com a territorialidade quilombola, na qual a escola costuma comparecer como instituição exógena. Assim, apesar de sabermos da existência de professoras na comunidade, não esperávamos que fossem indicadas como referência das práticas sociais das mulheres no quilombo. Foram as próprias entrevistadas quem abriram essa trilha, quando nos indicaram as professoras como referência das práticas sociais das mulheres do quilombo. Seguindo a trilha aberta pelas memórias dessas mulheres, buscamos reconstituir os caminhos que levaram à conquista da escola, evidenciando as estratégias para o acesso ao direito e os fluxos que demarcam a entrada e a saída das professoras do quilombo na prática docente.

Por escolha das entrevistadas seus nomes reais serão considerados neste artigo, aspecto que dialoga com nossa perspectiva de pesquisa em que a autoria e protagonismo das pessoas entrevistadas passam a compor o conjunto metodológico que resulta neste artigo. São elas que trazem memórias que contam a história de uma escola no território e sobre o processo de garantir a educação no quilombo como valor e mecanismo de garantia dos direitos sociais desta comunidade.

Esse artigo está organizado em três partes a partir dessa introdução. No tópico seguinte discutimos as trilhas que compõem a escola do quilombo. A seguir, apresentaremos as professoras do quilombo cujas memórias nos permitiram acessar uma genealogia da escola do quilombo e como se transfigurou na escola no quilombo. Por fim, trazemos considerações a respeito da educação na agência coletiva quilombola.

1 - TRILHAS DA ESCOLA DO QUILOMBO

“Começou com aquela escolinha boba, foi indo, foi indo arrumou o Grupo. Foi até a prefeitura, foi a prefeitura que fez. E aí começou a

gente trabalhando e começou assim, vir professora de fora e aí tá igual é hoje.” (Terezinha Azevedo - 02/04/2019)

O Quilombo de Pinhões se formou no contexto da resistência à escravidão, entre um convento e uma fazenda. Localizado na cidade de Santa Luzia, município da Região Metropolitana de Belo Horizonte, está situado há aproximadamente 10 quilômetros do centro histórico da cidade, a 32 quilômetros da capital do estado de Minas Gerais. Entre o Mosteiro de Macaúbas, convento de Nossa Senhora da Conceição que pertence a igreja católica, e a antiga Fazenda das Bicas, de propriedade da família de sobrenome Diniz, o quilombo iniciou sua formação a partir do envio de escravizados pelas duas propriedades para vigiarem os limites das Sesmarias.

Pinhões mantém práticas e relações sociais específicas de convivência coletiva e produção vinculadas aos recursos do território. Seu reconhecimento jurídico se deu pela Fundação Cultural Palmares em março de 2017.

Embora não seja possível precisar a data de inauguração da primeira escola do Quilombo de Pinhões e nem por quais meios ela surgiu, o registro da memória das pessoas de Pinhões conta a história de uma escola que começou pelas mãos da comunidade. Dona Mercês, moradora do quilombo que à época da pesquisa completava 86 anos de idade, relatou que a primeira escola funcionava numa parte da casa cedida pela família de “Naná Bahia”. Essa casa ficava num terreno que já foi de propriedade da família, próxima à margem do Rio das Velhas, onde atualmente se situa a Praça Naná Bahia, localizada no acesso principal ao Quilombo.

Imagem 1: A primeira escola de Pinhões, que funcionava em um dos cômodos da casa de Naná Bahia, por volta do ano de 1906.



Fonte: Acervo da Escola Estadual Padre João de Santo Antônio, registro doado pela família dos Naná Bahia.

Segundo Esther Azevedo (15/08/2019), a 'escola antiga' era do tempo de seu pai, Arcênio Azevedo. Em meados de 1940 a escola passou a funcionar na casa de 'Zé Lorinda', localizada na Rua Manoel Félix Homem. Segundo contam muitos moradores da comunidade, dona Dolores, a esposa de Zé Lorinda, reutilizou os sacos de arroz para confeccionar 'mochilinhas' para que as crianças pudessem carregar seus cadernos e lápis.

Imagem 2: Casa de Zé Lorinda, onde funcionou a segunda escola de Pinhões.



Fonte: Acervo pessoal de Aparecida Rodrigues Azevedo

Imagem 03: Grupo Escolar Antônio de Castro Silva, inaugurado em 1950.



Autor e ano: desconhecidos. **Fonte:** Facebook *Memória de Santa Luzia*.⁴

O Grupo Escolar Antônio de Castro Silva foi inaugurado no ano de 1950 e ficava localizado na mesma rua da escola anterior tendo a remuneração das professoras promovida pela Cooperativa dos Produtores de Leite, da cidade de Santa Luzia. Segundo a legislação de 1962, no artigo 22º:

“Escolas Combinadas são o conjunto de escolas singulares de uma mesma localidade, funcionando no mesmo prédio ou distantes, no máximo três (3) quilômetros umas das outras, e pelas quais se distribuem os alunos, discriminadamente, por séries do curso”.

Em 1952, o município assumiu sua gestão institucionalizando a escola pública, segundo Esther Azevedo (2019). O Grupo passou a ser de responsabilidade do estado de Minas Gerais no ano de 1962.

Logo, houve uma escola criada antes de 1908, mas não há indicações de vínculo estatal. Tal situação é pertinente à época em que se iniciou a escolarização pública de massa no Brasil, ainda nos primeiros anos da República. Em 1950, a escola foi assumida pela Cooperativa dos Produtores de Leite. Esse cenário reflete o ciclo de escolarização nacional, daquele período, pois não havia ocorrido ainda a institucionalização da escolarização obrigatória como dever do estado, ou seja, a educação não era um direito público e gratuito. A organização da escola em Pinhões nesta época em que o poder público e iniciativas privadas se reúnem para a organização e funcionamento escolar nos diz, mais uma vez, da agência da comunidade frente à conquista da educação. Articular-se ao poder público e a outras instâncias sociais, como é o caso da cooperativa do leite, para garantir o acesso da comunidade a educação antecede movimentos contemporâneos que apontam caminhos para a educação no território quilombola.

Percebemos um longo processo para a instauração de uma escola pública no quilombo: passando por iniciativas dos moradores, através de conversas, negociações – que devem ter acontecido inclusive com a

4

Disponível

em:

<https://www.facebook.com/Mem%C3%B3ria-Santa-Luzia-MG-470140436353613/>, acesso em 13/09/2020.

Cooperativa de Leite – até a instauração da escola pública estadual. Os dados nos revelaram que a comunidade se manteve mobilizada e utilizou os recursos que tinha disponíveis para garantir que a formação na escola do quilombo fosse certificada. A comunidade teve uma incessante agência nesse reconhecimento.

Notamos que a conquista de uma escola no quilombo resulta de esforços para acessar e fazer fluir um direito compartilhando saberes. Agência similar foi identificada por Miranda (2015) no quilombo de Santo Isidoro, onde o único morador que conseguiu cursar a instrução primária no início do século passado ensinava em sua própria casa. Chamado de Mestre Adão por ser o leitor das cartas que os moradores do quilombo recebiam, atuou para a criação da Escola Combinada Santo Isidoro, mais tarde, em 1970, estadualizada.

A similaridade identificada - o acesso de uma pessoa implica no compartilhamento de um direito da comunidade - permite inferir que o direito à educação dependeu de uma agência quilombola coletiva.

Imagem 04: Escola Estadual Padre João de Santo Antônio



Fonte: Paola Barbosa, 2019.

Em 1963, a Escola Estadual Padre João de Santo Antônio recebeu este nome em homenagem ao padre que atuou na igreja católica da comunidade. Situada na Rua José João Nunes Moreira, S/N, manifesta a maneira como a

implementação do espaço escolar institucionaliza as relações dentro do quilombo de Pinhões. A começar pela escolha do nome da escola que, segundo Terezinha Azevedo (2019):

Depois diz que o padre que veio aqui, daqui de baixo, esqueci de onde que ele era, o padre João de Santo Antônio, que até a escola chama nome dele, os escravos ficavam muito aí na casa paroquial, onde é a casa paroquial foi ele que fez. E aí também ele veio trazendo um povo que era escravo de lá. E aí eles ficaram aí, daí eu cheguei a conhecer só um, um homem que trabalhou com ele, o resto eu não conheci. (Terezinha Azevedo - 02/04/2019)

O terreno ocupado pela “escola nova”, em funcionamento na comunidade, foi cedido pela família de Naná Bahia. A mesma família que cedeu a casa para funcionamento da primeira escola pública da região, no início dos anos de 1900. Se a relação da escola com o quilombo era de trânsito pela comunidade e proximidade nas relações, passou a ser institucionalizada demarcada pelo muro da escola, que estabeleceu limite para circulação e presença da comunidade naquele ambiente. A arquitetura delineada por esse muro, que divide a escola das casas da comunidade, demarca a institucionalização da escola na comunidade. O que antes acontecia nas casas, sob a maestria de mulheres da comunidades e como resultados de processos diários de negociação e articulação da comunidade, passa a acontecer em um prédio oficial, com equipe docente estabelecida não mais pelas relações de proximidade, mas pela condição de certificação oficial no magistério. O muro exerce, simbolicamente, a estatização da escola quilombola de Pinhões e coloca o limite entre a escola e território. Limite que, posteriormente, será reconfigurado, também por meio da agência da comunidade, em fronteira, como possibilidade de diálogo entre a escola e o território dentro do processo de constituição da educação quilombola enquanto uma modalidade da educação básica.

2 - AS PROFESSORAS DO QUILOMBO

A partir dos relatos percebemos que o acesso à escolarização foi um problema enfrentado pelas mulheres no quilombo. Algumas, como Rosângela, explicitaram o desejo de sua mãe, de que ela desse continuidade aos estudos e relataram que a educação era importante para as famílias no quilombo. Com essas evidências, buscamos entender a história da escolarização no quilombo a partir dos relatos das professoras que foram identificadas.

Terezinha Azevedo (1934) foi a primeira professora de Pinhões a lecionar na comunidade. Terezinha cursou até a quarta série na Escola Estadual Modestino Gonçalves, em Santa Luzia, começou a lecionar na comunidade no fim da década de 40 e atuou na escola de Pinhões até se aposentar. Atualmente está com 90 anos de idade.

Esther Azevedo (1946), irmã de Terezinha, ingressou como docente na escola no ano de 1962, depois se tornou a primeira pessoa da comunidade a atuar como diretora na escola do quilombo. Esther iniciou como professora tendo cursado até a quarta série, depois fez supletivo, em 1975, em seguida concluiu o magistério, no ano de 1978 na Escola Domingos Ornelas. Atualmente Esther está com 79 anos de idade e também se aposentou dando aulas na escola da comunidade.

Maria Aparecida Rodrigues Azevedo (1951), cunhada de Terezinha e de Esther, iniciou a docência enquanto cursava o magistério, no ano de 1978. Aparecida lecionou na escola de Pinhões, na sequência assumiu uma turma multisseriada na escola que funcionava no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, no Convento de Macaúbas, depois retornou à escola da comunidade onde atuou até se aposentar.

Janete Dorcil Pereira (1965), iniciou o trabalho como docente na comunidade tendo cursado magistério. No ano de 1996, foi convidada a ingressar no Veredas, para realização do curso Normal Superior. Este ingresso foi consoante com a determinação de formação em curso superior de licenciatura plena para atuação no magistério do ensino fundamental, as Disposições Transitórias da LDBEN 9394/96 instituíram a realização de programas de capacitação para professoras em exercício de modo a

complementar a formação exigida. O Veredas foi um curso desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais para esse fim.

As mulheres não exerciam uma única profissão e sim uma prática social articulada à vida no quilombo. Percebendo que as atividades das professoras não estavam separadas das outras práticas sociais das mulheres quilombolas de Pinhões, dos saberes e da cultura. As professoras, embora tivessem/tenham uma profissão reconhecida como tal, também são atravessadas e envolvidas com tantas outras práticas, desse modo, destacamos suas percepções sobre a comunidade, sua trajetória de escolarização e suas práticas docente como processos constitutivos de uma educação permanente no território.

3- GERAÇÕES E TEMPORALIDADES DA FORMAÇÃO DAS PROFESSORAS

Antes da inauguração da escola alguns moradores de Pinhões que buscavam estudar e queriam ter o diploma, iam andando ou à cavalo até a Escola Municipal Modestino Gonçalves, em Santa Luzia, a aproximadamente onze quilômetros de distância do quilombo. A escola do município oferecia até a quarta série do ensino fundamental, escolaridade alcançada em maioria pelas mulheres do quilombo, que por sua vez passavam a dar aulas para alfabetizar as pessoas na comunidade. Outra opção para quem tinha condições era estudar em Belo Horizonte. Segundo Terezinha Azevedo (02/04/2019), a primeira série era possível cursar em Pinhões, com professoras que tinham parentes na comunidade, mas que já haviam saído para estudar.

Você conheceu Totonho do Ambrósio? Ah não, você não conheceu, não. O pai de Acácio, marido de Beatriz, sabe? Eram as irmãs dele que davam aula, mas elas não estudaram aqui em Santa Luzia não, elas estudaram em Belo Horizonte, e elas que davam aula aqui. Aí primeiro ano eu fiz foi aqui, e do segundo ano pra lá eu fui pra Santa Luzia porque aqui não tinha, não tinha negócio de diploma aqui, de dá a gente o diploma, então eu fui pra lá. Eu fui a primeira daqui de Pinhões a estudar lá, fui eu. Com toda a dificuldade, mas eu gostava.

(...)

Estudei, mas eu tenho só até a quarta série só. Estudei lá no grupo Modestino Gonçalves. Uai, era com essa dificuldade toda, igual eu tô te falando também, que a gente ia a cavalo. Ia à cavalo, deixava o

cavalo lá na casa da minha avó, e ia pro grupo, quando chegava do grupo montava no cavalo e vinha pra Pinhões. E assim foi até terminar o ano pra mim poder tirar o diploma. (silêncio). Até a quarta série só que eu tive. Foi aí que eu fiquei aqui, trabalhando aqui até efetivar, e é o lugar que eu comecei e acabei, os 26 anos aqui em Pinhões, nunca trabalhei fora não.

Era no Modestino Gonçalves, lá em Santa Luzia, é lá que eu estudei, só lá. Eu não estudei em outro lugar não, só nesse mesmo, então, foi lá até formar. Mas formar assim de, o diploma que até poucos dias eu tinha esse diploma aí, tava amarelinho, mas amarelinho mesmo de tão velho que ele é. Quando eu saí do grupo eu estava acho que com 12 anos, não sei se é 12 ou 13 anos foi até que eu fiz a quarta série.

Lá em Santa Luzia não tinha colégio para terminar os estudos né, ficava é no grupo mesmo, desde o início até terminar é no grupo. (Terezinha Azevedo - 2019)

É possível perceber com o relato de Terezinha que ela teve que ir à cavalo para Santa Luzia porque não havia chance de obter o diploma em Pinhões. A escola que existia na comunidade oferecia até a terceira série e não emitia diploma de conclusão. Logo, as pessoas que almejavam o diploma até a 4ª série, precisavam se deslocar até o centro de Santa Luzia para obter o comprovante de escolarização. O mesmo aconteceu com a irmã de Terezinha, Esther, que concluiu a 4ª série no mesmo Grupo Escolar e se viu na necessidade de novo deslocamento para cursar o supletivo e depois o magistério.

Nesta fase, o professor José Maria de Sousa⁵ veio atuar na comunidade, “por ser professor formado”, como explica Esther Azevedo (15/08/2019).

E um dia ele de bicicleta, saiu de lá no sábado pedalando a bicicleta para ir em Santa Luzia. Ele parou na venda de mamãe, e Zé Noberto Diniz estava lá. Você sabe quem que é Zé Noberto? Zé Noberto é filho de Totonho.

E Noberto tava lá e indagando, conversando, descobriu que ele era professor formado que estava no Laranja me e deu de cima de dona Inês para ela entrar em contato com Zé Maria.

Nessa época o secretário de educação era José Bonifácio de Andrade, aí no ele ser secretário de educação, juntou com a coisa de dona Inês, mas Zé Noberto que tinha influência em Belo Horizonte com esses órgãos públicos, é que chamou Zé Maria para cá **porque aqui tinha que ter um professor formado para dar aula para a quarta série (grifos nossos)**. Até então, nunca tinha tido. Tinha, mas não dava diploma. Aí Zé Maria veio, sabe, Zé Maria veio que essa escola que começou dia 7/09/63, comigo e Alvina, aqui na casa de Naná

⁵ O Professor José Maria de Souza, se tornou professor da escola do quilombo por volta de 1950, quando se mudou para a comunidade. Tornou-se o primeiro diretor a atuar na escola do quilombo, onde constituiu família e ainda reside com seus familiares.

Bahia. As carteiras na época foram emprestadas pela escola Modestino Gonçalves, a casa, foi as meninas de Naná Bahia quem emprestou, e que é a escola que tem até hoje. Que de escolas combinadas ela passou por um decreto, no regimento da escola é que tem, uma hora você vai lá e pede Valquíria⁶ pra dar você o livro de regimento para você ver o histórico da escola todinha, de 63 para cá, entendeu? (Esther Azevedo – 15/08/2019)

Desse modo, na gestão do professor José Maria, o Grupo Escolar Antônio de Castro Silva, através do Decreto 9.421 de 24 de janeiro de 1966, passou a se chamar Escola Estadual Padre João de Santo Antônio. A escola de Pinhões passou a emitir o diploma de conclusão de curso até a quarta série. A escola foi institucionalizada com a presença de alguém de fora, mas a docência quilombola, não, uma vez que as professoras que atuavam na escola ainda não tinham a certificação correspondente às exigências legais.

A busca por maior grau de escolarização e o aumento das exigências legais quanto à formação, criou/cria a necessidade de deslocamento territorial. Dessa maneira, demarca-se o território urbano para a formação, como percebemos no trecho a seguir:

A Senhora chegou a fazer magistério?
[...] cheguei, mas depois de velha, em Santa Luzia, no Domingos Ornelas. Mas antes do magistério, em 75 eu fiz supletivo de primeiro grau. Depois quando veio escola, diretor de escola ter cargo eletivo, foi na época que Meire entrou, e que Neto⁷ tinha morrido, eu já estava doida para aposentar e para sair da escola. Sabe, eu já não rendia nada mais porque eu perdi o entusiasmo. (Esther Azevedo – 15/08/2019)

A mesma situação ocorreu com Aparecida Rodrigues que morava em Belo Horizonte, e ao se casar retornou para Pinhões e passou a se deslocar para cursar o magistério em Santa Luzia. Percebemos em seu relato que a formação era um quesito necessário para o acesso ao trabalho no território. Assim, conforme as exigências das legislações vigentes, as professoras de Pinhões iam adequando sua formação.

⁶ Valquíria é filha de Esther Azevedo. Atuava na secretaria da escola durante a realização da pesquisa.

⁷ Neto, era Claudionor Joaquim Neto, filho de Esther Azevedo que atuou como professor na escola do Engenho, bairro de Taquaraçu de Minas (cidade vizinha). A perda de entusiasmo, sinalizada por Esther, se deu com o falecimento do filho, por decorrência de problemas cardíacos.

Então desde pequenininha eu frequentei Pinhões, depois fui embora eu estudei em Belo Horizonte, passado um tempo eu voltei vim estudar em 1977, vim estudar em Santa Luzia, no Domingos Ornelas, fazendo magistério, que eu comecei fazer científico em Belo Horizonte, como eu ia me casar em maio, eu comecei a fazer o magistério em Santa Luzia.

Vim trabalhar em Pinhões, mesmo estudando ainda, trabalhei em Pinhões durante muito tempo. Fiquei em Pinhões mais de 10 anos, depois fui trabalhar em Macaúbas, no Convento de Macaúbas, durante 3 anos. (Silêncio) Trabalhei 3 anos em Macaúbas, voltei novamente para Pinhões e aí fiquei trabalhando enfim vinte e cinco anos e oito meses. (Aparecida Rodrigues – 07/08/2019)

O mesmo aconteceu com Janete Dorcil (25/09/2019) que passou por todo o processo relatado pelas docentes anteriores, somado à necessidade de atender a demanda de formação em um curso de graduação. Com essa nova exigência em sua formação, Janete precisou se deslocar para Belo Horizonte, onde cursou Normal Superior no programa Veredas.

Depois eu já mocinha terminei a quarta série, mocinha nada, estava né de 11 para 12 anos, fui estudar na cidade é... foi um marco na minha vida porque até então os jovens aqui terminavam a quarta série e ficava só nisso. Era raro algum saírem daqui pra ir estudar lá no centro de Santa Luzia. Então a minha madrinha e tia, dindinha Lilia⁸, incentivou o meu pai a me deixar estudar. Conversou com ele e explicou e coisa e tal, porque na época aqui em Pinhões só tinha até a quarta série. Então eu fui pro centro de Santa Luzia pra poder fazer, completar os meus estudos. E, naquela época, isso, como era raro(...) Mas aí eu fui, estudei de quinta a oitava, é depois eu fiz, é como eu fui reprovada na quarta série meu pai não queria que eu continuasse estudando. Mas aí a minha madrinha, de novo a dindinha Lilia, interferiu e falou que não, que agora que eu já estava quase pra fazer o magistério que eu deveria de continuar sim, que era repetir só um ano, que aí quando eu fizesse o magistério eu já estaria formada e como uma profissão. (silêncio) Foi muito difícil (silêncio), eu ia no mato buscar lenha, vendia para um senhor que tinha um bar do lado da minha casa, em frente né?, senhor Pereira e ele comprava as lenhas e com esse dinheiro eu pagava a passagem. Durante algum tempo eu consegui ajuda da prefeitura, que eles davam bloquinho de passagem, aí conseguia. Depois a minha mãe conseguiu trabalhar numa fazenda, como cozinheira, faxineira, fazia os serviços gerais de casa, aí a dona da fazenda, pediu que eu fosse trabalhar, ajudar minha mãe nos finais de semana, principalmente quando tinha visitas, e ela me dava o valor exato da passagem da semana. Então eu ia todo final de semana e já conseguia a passagem e aí ficou mais leve, mais tranquilo, que pelo menos a passagem eu tinha. E aí fui indo até formar. Terminei o magistério, quando eu formei o magistério eu já estava trabalhando na escola daqui de Pinhões, eu tinha só uma aula

⁸ Lilia é Maria Eleutéria Duarte Santos, que atuou como professora em Pinhões desde o início de sua carreira até se aposentar.

a noite, já tinha o colégio, era poucos anos que tinha sido incluído de quinta a oitava na escola local. Aí eu comecei a trabalhar com as aulas de moral e cívica. E aí, dentro de pouco tempo também eu consegui fazer o concurso, fiquei concursada na escola, mas até aí, chegar aí... (Janete Dorcil – 25/09/2019)

Janete traz em suas memórias a resistência que nos ajuda a perceber as estratégias que foram criadas para possibilitar o acesso à escolarização. Estruturas marcadamente racistas que definiam, e ainda definem, as lógicas de desigualdades que dificultam o acesso à escolarização e formação docente, são contornadas pela agência evidenciada pelas professoras, implicadas em contornar as restrições impostas historicamente.

Logo, percebemos que além das aspirações pessoais das professoras, tiveram exigências do enquadramento normativo educacional que mobilizaram as saídas do território quilombola. O quadro a seguir elucida tais compreensões:

Quadro 1: Institucionalização da docência em Pinhões

Professora/ Idade atual	Ano de formação/Tip o de formação	Início da docência /Tipo Escola	Legislação exercício da docência	Caracterização da docência
Terezinha Azevedo - 85 anos	final década de 40 (4ª série)	1950 - Escola nas casas	DECRETO-LEI Nº 8.530, DE 2 DE JANEIRO DE 1946	Art. 2º O ensino normal será ministrado em dois ciclos. O primeiro dará o curso de regentes de ensino primário, em quatro anos, e o segundo, o curso de formação de professores primários, em três anos. Art. 6º O ensino normal manterá da seguinte forma ligação com as outras modalidades de ensino: 1. O curso de regentes de ensino estará articulado com o curso primário.
Esther Azevedo - 75 anos	1975, 1978 (Supletivo, Magistério)	1962 - Escolas Combinada s/ Escola Municipal	LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961	Art. 53. A formação de docentes para o ensino primário far-se-á: a) em escola normal de grau ginasial no mínimo de quatro séries anuais onde além das disciplinas obrigatórias do curso secundário ginasial será ministrada preparação pedagógica; b) em escola normal de grau colegial, de três séries anuais, no mínimo, em prosseguimento ao vetado grau ginasial.

Aparecida Rodrigues - 69 anos	1978 (Magistério)	1977 - Escola Estadual	LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971	<p>Art. 29. A formação de professores e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus será feita em níveis que se elevem progressivamente, ajustando-se às diferenças culturais de cada região do País, e com orientação que atenda aos objetivos específicos de cada grau, às características das disciplinas, áreas de estudo ou atividades e às fases de desenvolvimento dos educandos.</p> <p>Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:</p> <p>a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;</p> <p>b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração;</p> <p>c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena.</p>
Janete Dorcil - 54 anos	1984, 1999 (Magistério, Normal -Veredas)	1986 - Escola Estadual	LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996	<p>Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017)</p>

Fonte: *Elaboração das autoras*

O quadro faz menção ao tempo em que a formação se encontra na estrutura da convenção do sistema educacional. Ao localizar o ano de formação das professoras é possível visualizar o enquadramento que organiza a escola.

A ausência da oferta de formação na comunidade foi o que acarretou a saída das professoras em busca da formação, e embora essas mulheres se aproximem pela docência, o que as une é o seu pertencimento ao território. É

importante salientar que a “corrida de obstáculos” trazia para essas mulheres um mérito que não era comum às “normalistas”, moças brancas da elite que não tinham esses obstáculos (recurso financeiro, distâncias) a superar.

Com a instalação do Grupo Escolar a comunidade passou a conviver mais de perto com a escola institucionalizada no território. As professoras buscaram a escolarização como forma de garantir trabalho em Pinhões. Assim como as demais professoras, Janete Dorcil (2019) sempre trabalhou na escola de Pinhões e apesar de narrar, por vezes, as dificuldades, ela também apresentou em seus relatos sua profissão com orgulho e como forma de contribuir com a escolarização no quilombo.

Aparecida Rodrigues e Terezinha Azevedo, relataram a forma como as professoras da comunidade iniciavam sua carreira na escola.

Eu fui muito bem recebida, na época quem me recebeu foi a diretora, era Esther Azevedo, a irmã do Ivo meu esposo. E a gente trabalhava junto, durante muito tempo, depois ela saiu e foi ser professora e a gente continuou junto, né?

Depois o diretor foi Zé Maria, também muito bom, dona Cleud era, somos os professores. E depois eu fui pra aula numa escola aqui embaixo, que era o antigo posto, foi o antigo posto. Nós demos aula durante muito tempo porque aqui em cima era muito pequeno, né. A escola era muito pequena e tinha mais uma sala de aula. Inclusive eu até esqueci de citar, quando eu vim para cá para dar aula eu fui trabalhar no lugar de uma professora que estava fazendo, que ia fazer uma cirurgia. Ela foi fazer uma cirurgia sim eu trabalhei para ela durante quatro meses. É a professora Aláides⁹ Azevedo. Ela foi fazer uma cirurgia na perna e aí foi a primeira época que eu trabalhei, daí fui trabalhando para um, para outro ... (Aparecida Rodrigues – 07/08/2019)

O relato evidencia que a escola que foi inaugurada pelo estado não tinha uma estrutura física que comportasse os alunos. Assim, as professoras utilizavam dois prédios, o novo e o antigo. Percebemos ainda no relato de Aparecida como começava a carreira das professoras, que ingressavam na escola substituindo outra professora e depois assumiam seus cargos.

Dava, uma dava na parte da manhã, outra dava na parte da tarde, era assim. Cheguei também dar aula a noite pra esse povo que não sabia ler, que a maioria daqui não sabia ler, aí que eles chamavam até acho

⁹ Aláides Azevedo é irmã de Esther Azevedo e Terezinha Azevedo. Atuou como professora em Pinhões desde o início da carreira até se aposentar.

que de mobral¹⁰, acho que era mobral não sei. Dei aula também de noite uns dois anos mais ou menos. Para receber o dinheiro da gente era uma dificuldade, uma mixaria de dinheiro. (Terezinha Azevedo – 02/04/2019)

O conjunto de enunciados de Terezinha Azevedo (02/04/2019) nos mostra a proximidade da escola nas relações entre as professoras do quilombo. Uma professora dava aula de manhã e outra à tarde, em um espaço que foi cedido para as aulas, mas que ainda não era o Grupo Escolar. A escola inicialmente transita no território e entre as pessoas, faz parte do território e divide alguns espaços de convívio da comunidade. Identificamos também uma docência feita através da superação das dificuldades encontradas para ter acesso à educação.

A demonstração de revezamento nos horários de aula: “Dava, uma dava na parte da manhã, outra dava na parte da tarde, era assim”, e a necessidade de dar aulas à noite em razão de muitos moradores não saberem ler, dizem de uma proximidade com as pessoas e com o território. Outros aspectos do discurso, como o baixo salário, nos permitem notar que existia um compromisso em ensinar mesmo com as adversidades. A carreira das professoras de Pinhões está entrelaçada com as gerações no território e demonstra que a escola é assumida como trabalho da comunidade.

Agora eu mesmo, filho meu trabalhou mais, o primeiro serviço deles foi aqui no grupo uai. Cida trabalhou não sei quantos anos aqui, dando aula, e aí aposentou também agora está trabalhando em Santa Luzia. Arlete trabalhou também, até aposentar, foi no grupo aqui. E as coisas que eu estou lembrando é o que eu estou te contando. Sua mãe também trabalhou aqui, não é? Na época que ela estava trabalhando e eu também ainda estava. (Terezinha Azevedo – 02/04/2019)

A educação escolar no território quilombola de Pinhões, conforme observamos nos relatos anteriores, se constitui a partir do entendimento por parte da própria comunidade sobre o acesso à educação escolar enquanto um mecanismo social importante para a ascensão social e, sobretudo, para o acesso a outras dimensões constituintes da cidadania. Trajetórias pessoais se

¹⁰ Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, criado pela Lei n° 5.379, de 15 de dezembro de 1967.

entrelaçam à trajetória institucional e política de escola pública no estado e no município de Santa Luzia e reverberam no território quilombola de Pinhões e, desse entrelaçar, vimos nascer a escola quilombola de Pinhões.

A forma significativa como as mulheres de Pinhões se ocuparam da educação, a sua inevitável relação com o ato de educar e, conseqüentemente, sua presença expressiva na educação escolar demarcam o movimento de agência da comunidade quilombola em torno da educação escolar, contudo, uma educação evidentemente tecida nas relações que se expressam e que emanam do território. A escola tal como está organizada atualmente, decorre deste trânsito físico do prédio escolar, mas também das transições geracionais e das vivências pessoais e coletivas em torno do acesso à escola. Conforme já salientamos,

Há no interstício entre a escola e o território uma negociação complexa no tocante às relações institucionais, que evidenciam momentos distintos de embate da política educacional para a educação quilombola. Essa negociação, como já sinalizado, revela a agência da comunidade em torno do direito à educação e é percebida no momento atual vivido pela escola. (Cunha, Miranda e Azevedo, 2025, p. 10)

A instituição da modalidade educação escolar quilombola por meio das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica* (Resolução CNE/CEB Nº 8/ 2012) ampara o movimento de uma escola no território que faz “o trânsito político e histórico de estar ‘no’ e ser ‘do’ território” (Cunha, Miranda e Azevedo, 2025, p. 10). Esse trânsito político e histórico também demarca os vínculos da docência do quilombo com a escola da comunidade de Pinhões como expressamos na figura a seguir:

Figura 1: Vínculo escola território docência

Fonte: Elaboração Coletiva – 2022 Extraído de: Cunha, Miranda e Azevedo, 2025, p. 10.

É relevante perceber que a institucionalização da escola no quilombo, com ordenamentos externos à comunidade coincide com a redução da presença de docentes quilombolas. A diferença entre a prática pedagógica das docentes do quilombo e aquelas que são “de fora”, como demonstra Ribeiro (2021), está na compreensão que as primeiras possuem sobre uma realidade que não é vista por todas as docentes e gestoras. São elas que fazem “a escola ser ‘autêntica” porque compreendem a dinâmica social da comunidade (Ribeiro, 2021, p. 10). A escola no território não apaga as trilhas abertas pela escola do quilombo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca constante de caminhos para construir indicadores que possibilitem, de forma real, tratar a história e a cultura das comunidades quilombolas, seus saberes, seus modos de viver, de ver e se organizar de maneira respeitosa deve ser vista não como uma coisa à parte, e sim, como um (re)pensar e (re)organizar a educação brasileira. (SILVA, 2012, p. 69)

Observamos a partir das narrativas apresentadas neste artigo que as mulheres quilombolas da comunidade de Pinhões estão implicadas diretamente na constituição de uma escola quilombola e uma docência territorializada. A agência e presença das professoras quilombolas de Pinhões desde o surgimento da escola na comunidade, no início dos anos de 1900, até o momento atual vivido pela escola demonstra que a relação das práticas sociais existentes em Pinhões incidem sobre a educação no território e no ambiente escolar, mesmo diante do desafio de que os livros e registros 'oficiais' de história não conseguem abarcar a riqueza das memórias que comparecem através das práticas, dos cantos, das festas e das vivências cotidianas que foram silenciadas.

As memórias que destacam a agência das professoras da comunidade quilombola de Pinhões demonstram como os processos educativos atravessaram a vida dessas mulheres como processos constitutivos de uma educação permanente no território, renunciando a história da escolarização no quilombo a partir dos relatos das professoras que estiveram implicadas diretamente na implementação da política educacional.

Constatamos uma relação entre as práticas sociais existentes em Pinhões com a educação no território e com as mulheres que também se ocuparam da educação, através dos seus fazeres e de sua inevitável relação com o ato de educar e, conseqüentemente, sua presença expressiva na luta pela educação. A agência das professoras quilombolas de Pinhões, no início dos anos de 1900, nos apresentam um breve panorama temporal da presença da educação no quilombo antes implementação da escola na comunidade.

Ao nos depararmos com a constatação de que a docência no território quilombola de Pinhões configura-se, nas narrativas das entrevistadas, como

uma prática social da comunidade, redimensionamos a concepção do direito à educação. A educação é tomada como um bem a ser conquistado, apesar e para além de todas as dificuldades impostas à essas mulheres. É vista como uma estratégia importante para a mobilidade social individual, mas também geracional e coletiva, e comparece nas relações sociais que organizam o próprio território.

Nas memórias sobre a escola em Pinhões e sobre como essas mulheres se fizeram docentes, encontramos premissas que ampliam nossa compreensão acerca do direito à educação em comunidades quilombolas. São narrativas que dizem de como a escola se institucionaliza, mas também sobre como, em paralelo a esse processo, lutas pessoais diárias são travadas para garantir a si e à comunidade a possibilidade de formação, de certificação e de existência física e legitimada pelo poder público de uma escola na comunidade. Percebemos nestas narrativas elementos que antecedem à luta pelo direito à educação escolar quilombola tal como descritos nas legislações atuais, mas que também dizem de um movimento interno de construção política da educação na comunidade.

Esse movimento interno, a agência coletiva da comunidade, em torno da educação marca a história da Comunidade de Pinhões e se soma, numa perspectiva mais ampliada, às lutas sociais da população negra no Brasil em torno da sua constituição cidadã. Ainda, corroboram com a leitura feita pelo Movimento Negro e Quilombola, na atualidade, sobre o potencial mobilizador e de interferência no curso da política nacional das comunidades negras na história da educação pública brasileira. Nessa perspectiva de uma educação que é permanentemente produzida no quilombo e por quilombolas, a oposição entre educação escolar quilombola e educação quilombola perde o sentido.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Débora Rodrigues. **A artesanaria das práticas sociais e a existência inventiva das mulheres do Quilombo de Pinhões**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação. Mestrado em Educação e Inclusão Social- UFMG. Belo Horizonte – MG, 2020. 172 p.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federal do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Imprensa Oficial, Brasília D.F., 1988.

BRASIL, DECRETO- Lei Orgânica do Ensino Normal/ LEI Nº 8.530, DE 2 DE JANEIRO DE 1946. Brasília (DF).

BRASIL, Lei Lei Orgânica do Ensino Normal., - DECRETO-LEI Nº 8.530, DE 2 DE JANEIRO DE 1946. Brasília (DF).

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971. Brasília (DF).

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Brasília (DF). **Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017**

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Brasília (DF).

BRASIL, Resolução CNE/CEB Nº 8, de 20 de novembro de 2012. Brasília (DF).

CUNHA, Andréia Martins da; MIRANDA, Shirley A.; AZEVEDO, Débora Rodrigues. "Preferencialmente Quilombola": a encruzilhada território, docência e política de Educação Escolar Quilombola. *Revista Educação e Política em Debate*. v. 14, n 1, p 1-18, jan./abr. 2025. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v14n1a2025-76515> (acesso em 21/04/2025)

CUNHA, Andréia Martins da. **A educação escolar quilombola na comunidade de Pinhões–Santa Luzia/Minas Gerais: o entrecruzamento território, políticas públicas e docência**. 2022. Tese de Doutorado – Faculdade de Educação. Mestrado em Educação e Inclusão Social- UFMG. Belo Horizonte – MG, 2022. 235 p.

CUNHA JR. Henrique. Pesquisas educacionais em temas de interesse dos afrobrasileiros. In: Lima, Ivan Costa et. alii. (Orgs) **Os negros e a escola brasileira**. Florianópolis, nº 6, Núcleo de Estudos Negros (NEN), 1999.

FONSECA, Marcus Vinicius. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

FONSECA, Marcus Vinicius. O predomínio dos negros nas escolas de Minas Gerais do século XIX. **Educação e Pesquisa**, v. 35, p. 585-599, 2009.

FONSECA, Marcus Vinicius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. A história da educação dos negros no Brasil. **Niterói: EdUFF**, 2016.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Dilemas do reconhecimento: a escola quilombola "que vi de perto"**. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], 162 v.8,n.18, p.68-89, fev.2016.

Ribeiro, A. A. M. (2021). **Ensinar no quilombo, ensinar o quilombo: escolarização e identidade racial docente.** *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)*, 13(38), 267–286.

SILVA, Givânia Maria da. **Educação como processo de luta política: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) _Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.